



Os Números da Desigualdade em Portugal. Os ricos estão mesmo a ficar mais ricos e os pobres cada vez mais pobres

EUGÉNIO ROSA

Lua de Papel, 2015

“O governo civil, uma vez que é instituído em nome da segurança da propriedade, acaba no fundo por servir para defender os ricos dos pobres, ou os que possuem alguma coisa daqueles que nada possuem”

Adam Smith

“There’s class warfare, all right, but it’s my class, the rich class, that’s making war, and we’re wining”

Warren Buffett

O tema das desigualdades sociais, sempre presente nas formações socioeconómicas capitalistas, ganhou foros de cidade com a crise de 2007-20??, com as respostas à crise baseadas em políticas recessivas de austeridade, com a (re)descoberta de bolsas de pobreza e de exclusão social. Multiplicam-se as obras sobre o tema, normalmente provindas de economistas e sociólogos politicamente conotados com a esquerda ou o centro-esquerda, áreas políticas tradicionalmente mais atentas à questão da igualdade que as situadas à direita, porventura com exceção dos setores influenciados pela doutrina social da Igreja, em particular pelas encíclicas e tomadas de posição públicas do Papa Francisco. São disso exemplo os textos (largamente citados por Eugénio Rosa neste livro) de Thomas Piketty (*O Capital no Século XXI* e, antes deste, recorde-se,

L'économie des inégalités), Joseph Stiglitz (*The Price of Inequality*) e Carlos Farinha (*Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90 e Desigualdades em Portugal*), e, entre outros, os textos, não citados pelo Autor, de Richard Wilkinson e Kate Pickett (*O Espírito da Igualdade. Por que razão as sociedades mais igualitárias funcionam quase sempre melhor*), António Firmino da Costa (*Desigualdades Sociais Contemporâneas*) e as obras coletivas organizadas por Renato Miguel do Carmo (*Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores e Desigualdades em Portugal – problemas e propostas*).

É neste contexto que surge o último livro de Eugénio Rosa, conhecido economista, doutorado pelo ISEG, com a tese *Os Grupos Económicos e o Desenvolvimento em Portugal no Contexto da Globalização*, consultor económico de várias associações sindicais e autor de um *blog* (www.eugeniorosa.com), de leitura obrigatória para quem se interesse por temas económicos e financeiros.

O livro, com cerca de 180 páginas, é composto por 26 capítulos, uns de pendor mais empírico, baseados, em regra, em dados extraídos de estatísticas oficiais, outros procurando construir uma breve teorização do tema, outros ainda apontando alguns caminhos para uma política de combate às desigualdades que vise a sua significativa redução. São exemplo dos primeiros os capítulos sobre a repartição do rendimento disponível, os rendimentos do trabalho, os rendimentos das famílias, o sistema fiscal, o contraste entre o aumento da pobreza e o crescimento da riqueza, a perda de compra do salário mínimo nacional, o congelamento das pensões e o corte de prestações sociais, o desemprego, o acesso à saúde, a educação, as desigualdades de género ou as assimetrias sociais. São exemplo dos segundos (buscando uma teorização), os capítulos sobre a teoria das desigualdades, propriedade e desigualdades, a origem da riqueza, a taxa de mais-valia ou o património financeiro.

A mais-valia deste livro está, quanto a mim, nas análises macro e micro da repartição da riqueza e do rendimento em Portugal efetuadas com base numa profusão de dados estatísticos oficiais, apresentados de forma sistemática e bem estruturada. Estes dados são tão impressionantes que quase falam por si, ficando bem demonstrado o agravamento das desigualdades e o aumento da pobreza entre nós, com relevo para os anos que se seguem à intervenção da *troika*.

Sem procurarmos ser exaustivos, antes procurando incentivar a leitura do livro, apresentámos alguns indicadores do aumento das desigualdades fornecidos pelo Autor:

- Segundo dados oficiais de 2013, os 10% mais pobres recebem 2,6% do rendimento disponível total, enquanto os 10% mais ricos recebem 29,2%, sendo muito desigual a repartição do rendimento entre os mais ricos. Se em 2009 o rendimento disponível da população mais rica era superior em cerca de 20 vezes ao rendimento disponível de 1% da população mais pobre, hoje, com a crise, a disparidade só pode ter-se agravado;
- Existe uma crescente parcela de riqueza gerada entre nós que é transferida para o exterior, pelo que o Rendimento Nacional Bruto (a riqueza que permanece no país anualmente) é, particularmente desde a entrada no euro e, com maior intensidade, a partir de 2005, inferior ao PIB, ou seja, à riqueza criada, o inverso da situação alemã;
- Existe uma enorme amplitude de remunerações de membros de conselhos de administração de empresas, muitas delas chocantes que o mérito não justifica;
- Entre 2011 e 2014, a despesa pública com a educação pré-escolar, ensino básico e secundário teve, em termos nominais, uma redução de 23,6% e com a ciência e o ensino superior 9,3% (em termos reais, estas reduções foram ainda mais acentuadas);
- Na União Europeia, Portugal foi o país onde as disparidades salariais entre homens e mulheres mais aumentaram, um aumento de 6,5 pontos percentuais entre 2007 e 2012. Curiosamente, quanto maior é a escolaridade da mulher, maior é a diferença de remunerações entre sexos;
- As desigualdades do poder de compra por habitante são enormes entre os diversos concelhos do país. De 2005 a 2011, 84 concelhos retrocederam mesmo em relação à média nacional do poder de compra, a maioria deles situada em regiões em que este poder era já inferior à média;
- 73% das medidas de austeridade recaíram essencialmente sobre os trabalhadores, pensionistas e grupos desfavorecidos da população que recebiam prestações sociais;
- Portugal foi de entre os seis países analisados em 2011 (incluindo a Grécia) pelo *Institute for Social and Economic Research* (da Universidade de Essex), aquele onde a

austeridade atingiu mais fortemente os estratos de baixos rendimentos e menos os estratos mais ricos da população.

Menos conseguida, em minha opinião, é a parte dedicada à teorização das desigualdades, embora seria sempre difícil fazê-lo num livro desta dimensão. O Autor assume legitimamente uma posição não neutra, reconhecendo que a sua “posição de classe” (isto é, os interesses de classe que defende) “condiciona os objetivos da investigação, a metodologia e até as matérias investigadas”. Daí centrar a sua atenção em fatores menos considerados ou desvalorizados por outras investigações, nomeadamente o papel da “propriedade do Capital como fonte de rendimentos, de desigualdades, de poder e de domínio”. Segundo cálculos do Autor, o peso dos rendimentos da propriedade de ativos financeiros (ainda que subdeclarados para efeitos de pagamento de impostos) representa mais de metade da riqueza nacional e o Excedente Bruto de Exploração (indicador que abrange a soma de rendimentos do Capital – lucros, rendas, juros, etc. - e que pretende dar expressão aritmética ao conceito marxista de mais-valia) representou em 2013, 40,7% do PIB.

Não é este aspeto, relevado a justo título, que merece reparo, mas antes uma certa indefinição concetual. A título de exemplo, a noção de “classe média” não é clara, não provindo do universo marxista (Marx, aliás, não apresentou, de forma sistemática, uma teoria das classes sociais, nem existe consenso sobre o tema entre aqueles que, como Poulantzas, Olin Wright, Bader e Benschop, entre outros, se reclamam do marxismo ou são por ele influenciados). Ela exprime mais o lugar central da estratificação social (onde cabem, por exemplo, segundo o uso corrente da expressão, pequenos proprietários e trabalhadores altamente qualificados) do que uma verdadeira análise em termos de classes sociais. Subjacente a esta perspetiva está, porventura, mais do que uma proposta analítica, uma proposta de ação política, pois, como refere o Autor, a sua posição de classe é a “dos trabalhadores, incluindo as classes média e baixa e outras camadas desfavorecidas da população”. Um outro ponto que mereceria aprofundamento é o da menor consideração do papel das forças produtivas na sua análise e a concentração da sua atenção na “propriedade dos meios de produção”, sem que fique claro qual é o sentido da noção de “propriedade” (o tradicional conceito jurídico-civilístico? ou um conceito alargado que engloba também a detenção, a posse, o controlo desses meios, como, de algum modo, há vários anos, Charles Bettelheim tentou teorizar?). O mesmo acontece com a noção de “meios de produção”, uma vez que a detenção de meios

monetários alheios pelo capital bancário e, em geral, financeiro só numa formulação muito alargada pode ser vista como propriedade de meios de produção.

Segundo o Autor, o combate às desigualdades exige não apenas novas políticas (de investimento, de rendimentos, sociais, fiscais, etc.), mas um “poder político forte” e o “controlo público das principais empresas que dominam os setores estratégicos”. O que, reconhece, implica um “grande apoio popular”. É, porém, aqui que nascem as verdadeiras questões, das quais me limito a sublinhar duas: Como construir um “poder político forte” no quadro de um Estado democrático de direito? E como explicar que, contrariamente à tradicional ótica leninista, a pobreza e a exploração possa hoje desembocar não na adesão a processos revolucionários ou mesmo reformistas mais radicais, mas sim na interiorização consentida, apática e resignada das formas de dominação, se não mesmo na sua adesão a projetos políticos reacionários?

Questões cujo debate iria muito para além deste livro de Eugénio Rosa que, sublinhe-se uma vez mais, merece ser lido e estudado.

Oeiras, 31 de agosto de 2015

ANTÓNIO CARLOS DOS SANTOS